

terem conseguido a sua integração junto dos antepassados. Em contrapartida, rareiam as de *revenants* (almas do outro mundo, já julgadas, que regressam à terra para ajudarem a conversão dos vivos à verdadeira doutrina), particularmente abundantes em França ou na Inglaterra. Isto, segundo ele, demonstra o fraco acolhimento feito, na Hispânia, aos ensinamentos clericais sobre o julgamento individual após a morte.

As crenças subjacentes a estas narrativas, patentes igualmente na obra de Clemente Sánchez de Vercial - estudada em «A utilização dos *Diálogos* de Gregório Magno pelo *Libro de los Exemplos*» -, levam-no a concluir, acerca da doutrina cristã sobre os mortos elaborada ao longo da Idade Média, que, na Península, «É provável que ela só tivesse sido verdadeiramente assimilada depois da difusão dos catecismos posteriores ao Concílio de Trento. Até lá mantém-se provavelmente uma certa flutuação doutrinal, uma consciência pouco clara das contradições entre as crenças tradicionais baseadas no princípio do estado intermediário da alma durante a sua viagem até ao mundo dos antepassados e a doutrina do julgamento particular imediatamente depois da morte para decidir de uma vez para sempre o seu destino eterno.» (*ob. cit.*, p. 238).

Esta colectânea mostra-nos, pois, as virtualidades de um estudo conduzido na longa duração e com o recurso, se não a especialistas de diversas áreas (todos são historiadores, embora dois se dediquem mais especificamente à arqueologia) pelo menos a fontes muito diversificadas, nomeadamente a algumas que costumam ser objecto de questionamento no âmbito da arte e da literatura. Seria, sem dúvida, de estender esta experiência a outras temáticas da história das mentalidades, cuja abordagem, pela sua delicadeza, tem sido tão negligenciada em Portugal.

Ana Maria S. A. Rodrigues

SILVA, Maria Joana Corte-Real Lencart e - *O Costumeiro de Pombeiro. Uma comunidade beneditina no século XIII*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1995. 373 p.

Costumeiros são «(...) tratados e obras, em geral anónimos, que descrevem cerimónias e ritos dos mosteiros beneditinos e de outras ordens antigas ou congregações religiosas modernas.» (*ob. cit.*, p. 67). Embora sejam conhecidos costumes próprios de diferentes mosteiros desde o século VII, a redacção dos grandes costumeiros que chegaram aos nossos dias data apenas dos sécs. X e XI. Apesar da abundância destes códices em países como a Itália, a França, a Alemanha ou a Inglaterra, em Portugal apenas se conhece um costumeiro medieval beneditino: precisamente o do mosteiro de Pombeiro, que agora se torna acessível a um público mais vasto.

Com efeito, a segunda parte desta dissertação de Mestrado, ocupando as páginas 179 a 331, consiste na transcrição paleográfica do referido códice, segundo normas que se especificaram no último capítulo da primeira parte (dedicado, também, à sua descrição codicológica). É seguida de um índice dos capítulos e de um

índice remissivo de termos latinos e portugueses, que facilitam consideravelmente a sua utilização, e enriquecida ainda com uma lista de vidas de santos nele referidos. Só por este trabalho paciente e rigoroso de edição textual merece a autora a nossa inteira gratidão, de tal modo continua a ser rara a publicação de fontes documentais medievais.

Mas o labor de Maria Joana Lencart e Silva não se ficou por aqui, já que, numa primeira parte da sua obra, efectuou uma análise aprofundada do *Costumeiro*, enquadrada por dois capítulos iniciais que fornecem uma rápida síntese sobre a evolução do monaquismo no noroeste peninsular do século VIII ao século XIII, e compilam o pouco que se sabe sobre a vida do mosteiro de Pombeiro desde a sua fundação até aos nossos dias - ambos, obviamente, sem grande originalidade.

É, pois, o terceiro capítulo que mais interesse oferece aos estudiosos da vida monástica medieval. Nele, a autora começa por fazer uma breve resenha dos *costumeiros* beneditinos, organizando-os em famílias para melhor procurar determinar qual a filiação do de Pombeiro; identifica-o, assim, como uma adaptação do *Ordo Cluniacensis*, encontrando-lhe alguns paralelos com os costumes de Lanfranco, e destaca ainda a particularidade de os *costumeiros* tradicionais se organizarem «segundo os *oficiais* da comunidade e segundo o quotidiano dos monges», enquanto que este «dispõe-se segundo o *tempo litúrgico*». (*ob. cit.*, p. 73). É precisamente a reconstituição do calendário litúrgico que vai permitir à autora datar de forma mais precisa o documento - segunda metade do século XIII - e determinar a sua origem: «trata(-se) dum calendário litúrgico de fundo romano, com evidente origem francesa e beneditina, e com algumas adições hispânicas» (*ob. cit.*, p. 174).

Em seguida, a partir das determinações da Regra de S. Bento e de dados fornecidos pelo *Costumeiro*, completados com referências a outros documentos do mesmo teor nos pontos em que ele se encontra truncado, ela reconstitui a organização interna do mosteiro e determina as funções de cada elemento, fazendo referência aos abades - «(...) um abade que se ausenta frequentemente da comunidade e que facilmente partilha e delega os seus poderes ao prior ou a outros oficiais» (*ob. cit.*, p. 77) -, à comunidade conventual - constituída por monges, oblatos, noviços e conversos, embora apenas se fale dos três últimos -, e, finalmente, aos oficiais e seus ajudantes - do prior ao hospedeiro, passando pelo ecónomo, pelo sacristão, pelo esmoler, etc. Parece-nos, todavia, estranho que a autora refira separadamente aqueles que ela intitula «outros monges ligados à liturgia mencionados pelos *Costumeiros*»: trata-se, na realidade, de monges ordenados nas diversas ordens sacras (presbíteros, diáconos, etc.) que desempenhavam as correspondentes funções nos ofícios, e não de outros quaisquer personagens.

A vida quotidiana ocupa a última parte deste capítulo. Depois de explicar como se desenrolava o dia a dia dos monges beneditinos segundo a respectiva Regra, a autora salienta que, ao contrário daquela, o *Costumeiro* não faz qualquer referência ao trabalho manual, dando, em contrapartida, um enorme relevo ao ofício divino, característica habitual dos cluniacenses. Os irmãos passavam, de facto, grande parte do seu tempo a louvar a Deus, tanto no coro como no altar, desde as duas da manhã - hora de Matinas e Laudes - até cerca das oito da tarde - depois de Completas - fazendo-o com a maior solenidade: multiplicação das procissões, uso de vestes sacerdotais, incenso, cruces, etc.

A leitura e estudo das Sagradas Escrituras e de outras obras edificantes também os ocupava diariamente. No início da Quaresma, o guardador dos livros (*armarius*) distribuía-os aos monges para se debruçarem sobre eles durante todo o ano. Na biblioteca do cenóbio, a acreditar no Costumeiro, constavam a Vulgata de S. Jerónimo, evangeliários, missais, antifonários e outros livros de canto, obras dos Padres da Igreja, vidas de santos, etc. A leitura e a escrita - consistindo esta na redacção de cartas e escrituras, bem como na cópia e ornamentação de manuscritos, sob a direcção do *armarius* - efectuavam-se no claustro.

Outra tarefa que mobilizava os irmãos era a atenção prestada às crianças que lhes estavam confiadas. Neste mosteiro, os mestres eram quase tão numerosos como os próprios meninos e ocupavam-se em permanência da sua educação, que consistia em rudimentos de escrita, leitura, cálculo e salmodia, habilitando-os a acompanhar o ofício divino, ao qual estavam sempre presentes.

O Costumeiro permite ainda à autora tecer algumas considerações sobre os tempos dedicados ao silêncio e à palavra nos diferentes locais do cenóbio, descrever a alimentação, o vestuário e os cuidados higiénicos dos monges ao longo do ano, explicar como tratavam dos idosos e dos enfermos e como exerciam os seus deveres de caridade e hospitalidade.

Trata-se, pois, de uma obra que nos oferece uma perspectiva inédita de um mosteiro medieval, não centrada na formação e gestão do seu património ou nas suas relações com a sociedade envolvente e o poder político, como tem sido corrente até agora, mas em aspectos habitualmente ignorados do seu dia a dia. Daí a sua importância para os estudiosos da história religiosa portuguesa e para todos aqueles que se interessam pela vida quotidiana de tempos passados.

Ana Maria S. A. Rodrigues

LINEHAN, Peter, *The Ladies of Zamora*. Manchester: Manchester University Press, 1997. (xvi + 192 pp., apêndice documental, bibliografia e índice).

IDEM - *Les Dames de Zamora*. Paris: Les Belles Lettres, 1998 (trad. francesa).

Em 1259, Alexandre IV autorizara formalmente duas senhoras nobres a estabelecerem o seu convento em Zamora, sob a ordem de Santo Agostinho e segundo a regra dominicana. Em 1279 o bispo Soeiro Perez, que fora indigitado para o bispado da mesma cidade em 1254 por Afonso X, mandava instaurar um inquérito às actividades das «donas» de Zamora, para apurar os reais contornos dos boatos que corriam sobre os desregramentos escandalosos das freiras e seus mentores espirituais, os frades dominicanos a cuja tutela se tinham abrigado.

Foi o suculento relatório resultante desse inquérito que deu origem ao trabalho de Peter Linehan. O excepcional pergaminho que preservou a memória dos acontecimentos muito pouco espirituais a que o convento assistiu, (publicado em apêndice) desvelaria factos que em muito ultrapassariam as expectativas de qualquer investigador habituado à leitura deste tipo de documentação. O questionário levan-